

RELATÓRIO

Audiência Pública Virtual “ Política Pública Municipal para 1ª Infância de Salvador”

Local: Rede Social Facebook, página da Rádio e TV Câmara

Data: 19/08/2021

Horário: 9h às 11h34

Componentes da Mesa

Augusto Vasconcelos – Vereador, Ouvidor-geral da Câmara Municipal de Salvador

Dra. Dolores Fernandez Fernandez – Presidente da Sociedade Baiana de Pediatria (SOBAPE)

Dra. Luciana Rodrigues Silva – Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP)

Francisca Maria Oliveira Andrade – Especialista em Saúde do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

Dra. Karine Campos Espinheira – Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia (MP/BA)

Dra. Indiamara Rodrigues Sales – Membro da Comissão de Proteção à Criança e ao Adolescente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Bahia (OAB/BA)

Abdon de Oliveira Brito – Representante da Secretaria Municipal de Saúde (SMS)

Tatiane Jesus da Paixão dos Santos – Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Salvador – CMDCA

Sheila Pitanga Ribeiro Sanches – Coordenadora Arquidiocesana de Salvador, voluntária da Pastoral da Criança

Gildete Sodré de Brito – Membro do Colegiado do Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador

Abertura

Augusto Vasconcelos

Falou do objetivo da audiência em debater o Plano Municipal para 1ª Infância de Salvador, documento elaborado a muitas mãos constituído por organizações da sociedade em conjunto com o poder público. A Prefeitura Municipal, através de seus órgãos, e a Câmara Municipal ajudaram na construção desse documento. Afirmou que o Plano, dividido em nove eixos estratégicos, é corolário, desdobramento do Estatuto da Criança e do Adolescente e do marco legal do Plano Nacional da Primeira Infância. Listou os nove eixos: Criança com saúde; Educação infantil; A família e a comunidade da criança; Assistência social à criança e sua família; Atenção à criança em situação de vulnerabilidade; Do direito de brincar ao brincar de todas as crianças; A criança e o espaço; A cidade e o meio ambiente; Atendendo às diversidades - crianças negras, quilombolas e indígenas; e Enfrentando as violências contra as crianças. Ressaltou que o público-alvo do plano é a primeira infância, composta por indivíduos de 0 a 6 anos de idade, e que o IBGE estima cerca de 200 mil crianças nessa faixa etária no município de Salvador. Reforçou a importância de compreender que garantir saúde, educação, lazer, oportunidades de desenvolvimento, superação das desigualdades e enfrentamento aos preconceitos e às violências para esta faixa etária, na qual se projeta o futuro desenvolvimento do ser humano, estipulando políticas públicas eficientes que melhorem as condições de atendimento a essa parcela da população, é o que vai possibilitar um futuro promissor para a cidade. Pontuou que está tramitando na Câmara Municipal, através do projeto de lei 33/2020, o Plano Municipal da Criança e do Adolescente, um plano mais abrangente que aborda indivíduos de 0 a 18 anos.

Considerações da Mesa

Dra. Dolores Fernandez Fernandez

Afirmou que existe uma dívida imensa com a criança no Estado, invisibilizando-a e tendo programas direcionados pouco efetivos. Explicou que o pedido da audiência teve por objetivo relatar a situação da atenção à criança e às suas necessidades, requerendo uma atenção especial com agenda prioritária, e agilizar o processo de aprovação e implementação do Plano Municipal para a

Primeira Infância de Salvador (PMPI). Comentou a importância dos três primeiros anos de vida, que exercem influência tanto na personalidade, quanto no desenvolvimento das estruturas de cérebro e da mente por toda a vida. Falou do cuidado, do afeto, das interações positivas com o adulto de referência, dos estímulos visuais e auditivos e das muitas situações em que se deve estar atento para garantir a saúde física e mental da criança, potencializando a capacidade genética do desenvolvimento, cujo impacto vai reverberar para toda a vida. Falou que a primeira infância deve ser uma prioridade social, um dever da família e da sociedade e que é dever do estado proteger e cuidar da criança para que tenha uma vida plena e desenvolva todo o seu potencial. Lembrou que se trata de um cuidado integrado, passando desde o acompanhamento do pré-natal, amamentação e na necessidade de creches-escola para as mães que precisam voltar ao trabalho. Ressaltou a importância de dar prioridade à educação, pois crianças com boa experiência de educação infantil têm maior probabilidade de sucesso no ensino fundamental e médio. Reforçou que os primeiros anos são fundamentais para o desenvolvimento das habilidades cognitivas, sociais e expressivas e que precisamos investir em formar pessoas produtivas, com maior capacidade para o trabalho, para contribuírem com o desenvolvimento do país e da cidade. Apresentou o Guia do Plano Municipal para Primeira Infância, explicando que sua aprovação depende diretamente de uma decisão política da Prefeitura. Afirmou que o PMPI precisa ser aprovado pela Câmara e pelo CMDCA para que seja transformado em lei. Elencou as etapas necessárias para implementação do Plano: definição da composição da Comissão de Acompanhamento; elaboração do cronograma de ações do Plano; comunicação e divulgação do Plano, tornando-o conhecido pela população soteropolitana. Trouxe as possíveis fontes de recursos para o Plano, que devem ser oriundas do orçamento municipal, de verba do Governo do Estado, através do Fundo da Infância e Adolescência (FIA); de verba do Governo Federal, por meio de programas relacionados à causa; e da iniciativa privada (fundações, institutos e empresas), através de doações, parcerias e apoios a projetos específicos. Afirmou que a Sobape propôs a constituição do Comitê Intersetorial da Primeira Infância de Salvador, para agregar e integrar as ações das diversas secretarias do município. Na área de saúde, a entidade sugeriu a promoção de um Programa Especial para a Saúde na Primeira Infância, com ênfase no acompanhamento dos marcos de desenvolvimento através da caderneta de saúde da criança; e a criação da Unidade de Saúde Amiga da Primeira Infância. Finalizou dizendo que precisam fazer o Plano sair do papel.

Augusto Vasconcelos

Registrou que a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, Infância e Juventude (SPMJ) recebeu inúmeros convites para participar da audiência mas que, lamentavelmente, não enviou

nenhuma resposta. Afirmou que, sendo a SPMJ a Secretaria responsável pela coordenação do PMPI e a mesma não tendo comparecido ao evento, tornava-se necessário deixar uma crítica explícita à mesma.

Dra. Luciana Rodrigues Silva

Afirmou que a SBP tem lutado incansavelmente pelas crianças e adolescentes brasileiros, pois eles representam o futuro do país. Defendeu que cabe aos gestores municipais, estaduais e federais se conscientizarem dessa importância porque todos que são responsáveis pela construção de um futuro melhor sabem da responsabilidade junto às crianças e adolescentes. Ressaltou que o profissional apto e habilitado para cuidar, assistir, tratar e informar as famílias com relação às crianças e adolescentes são os pediatras. Afirmou que a SBP tem, em todas as instâncias e nos últimos três ministérios, levado a solicitação da presença do pediatra em todas as unidades básicas de saúde porque considera que a presença desse profissional na atenção primária é indispensável e fundamental para assistir esses indivíduos e orientar as famílias desde a gestação.

Francisca Maria Oliveira Andrade

Afirmou que houve muito esforço da parte dos envolvidos na elaboração do plano e que ele é intersetorial e multidisciplinar. Falou da importância do Plano sair do papel, tenha orçamento e realmente passe a garantir os direitos previstos para as crianças e adolescentes. Pediu que, em momento oportuno, Augusto explicasse como se dá o processo de tramitação e aprovação do Plano e em que medida ele pode ser agilizado, para que seja possível vê-lo se transformar em programas, projetos e políticas públicas específicas para garantir todos os direitos citados. Destacou que algumas das ações previstas no PMPI já estão em andamento, a exemplo da Semana do Bebê. Finalizou dizendo que é justamente envolvendo a família, a comunidade, o município, o governo do estado, a nação e as empresas que será possível garantir os direitos supracitados.

Augusto Vasconcelos

Explicou que, lamentavelmente, o Executivo ainda não encaminhou o PMPI em formato de projeto de lei. Esclareceu que existe o Plano Municipal da Criança e do Adolescente, projeto 33/2020, que também não foi aprovado e aguarda parecer da Comissão de Constituição e Justiça. Afirmou que tem feito o possível para acelerar tal aprovação, mas que não depende apenas de seu mandato, mas de um coletivo de 43 vereadores.

Dra. Karine Campos Espinheira

Reforçou que a criança e o adolescente precisam se tornar, na prática, prioridade absoluta. Lembrou que, não havendo leis e planos para impulsionar a vinculação aos orçamentos, as intenções ficam só no papel e as violações crescem a cada dia. Explicou que o Projeto 33/2020 trata do Plano Municipal para Infância e Adolescência de Salvador, que é diferente do Plano Municipal para Primeira Infância, pois não tem especialidade voltada somente para a primeira infância, na faixa etária de 0 a 6 anos. Ressaltou que, com a formulação das políticas públicas trazidas pela Lei 13.257 – Marco Legal da Primeira Infância, houve um destaque para a faixa de 0 a 6 anos. Destacou os avanços e reforços que a Lei 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) traz, colocando a criança como pessoa em desenvolvimento que precisa de todo o suporte de políticas públicas. Afirmou que o PMPI vai além e altera o próprio estatuto com as várias inovações que traz, destacando: as questões de raça, uma vez que Salvador precisa desenvolver políticas públicas de combate ao racismo; as crianças com deficiência, propondo a existência de profissionais preparados para lidar com essas crianças e investimento em acessibilidade; direito ao lazer, esporte e cultura, o que proporciona bem-estar físico e emocional, fortalecendo a autoestima para que, no futuro, essas crianças não venham a se envolver com a criminalidade; fortalecimento dos vínculos familiares diante das violações e violências sofridas, pois muitas vezes as crianças são retiradas de suas famílias e realocadas em instituições de acolhimento, o que deve ser a última medida a ser adotada, buscando fomentar o acolhimento familiar, quando, ao invés de ir para um abrigo, a criança vai provisoriamente para uma família acolhedora. Ressaltou que as instituições de acolhimento a crianças e adolescentes estão lotadas e precisam ser vistas como provisórias. Falou dos direitos das crianças fruto de mães que não desejam criá-las após o nascimento, bem como os filhos de mulheres em privação de liberdade. Defendeu que, especificamente para a faixa etária da primeira infância, é preciso pensar em acolhimento familiar (inclusive o provisório); fortalecimento de vínculo; fortalecimento da atuação dos conselheiros tutelares, para que as medidas de proteção sejam aplicadas em detrimento das medidas de proteção excepcionais, como o acolhimento institucional; direito ao lazer, esporte e cultura; questões de racismo; e o combate à violência sexual, que infelizmente também é crescente nessa faixa etária. Comentou sobre a Lei de Escuta Especial, que também ainda não foi aprovada em Salvador. Mencionou, como referências: o Plano Nacional pela Primeira Infância; o Guia de Proteção e Prevenção às Violências na Primeira Infância; as orientações gerais do Programa Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social (SUAS); e o Guia para elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância, que podem ser documentos

consultados para que, tanto a sociedade civil quanto os órgãos públicos de Salvador, possam crescer nos debates e na implementação dessas políticas públicas.

Dra. Indiamara Rodrigues Sales

Falou da criança de 0 a 6 anos que sofre violência física, psíquica, sexual e que passa pelo âmbito de um depoimento especial, que consiste numa oitiva humanizada, adaptada para uma criança, com protocolo adequado. Defendeu a necessidade de ações e programas que venham a abraçar a criança após o depoimento especial, uma vez que esta criança já está passando por dificuldades e comprometimentos, fazendo com que ela não seja tomada apenas como objeto de prova, mas sim como sujeitos de direitos.

Abdon de Oliveira Brito

Comentou sobre as estratégias, avanços e desafios que a Secretaria Municipal de Saúde, enquanto Coordenadoria da Atenção Primária, vem viabilizando e executando no campo da saúde da criança. Afirmou que, nos últimos anos, Salvador ampliou sua rede básica, uma vez que, entre 2012 e 2020, houve uma saída de cobertura de 18% para 56% da atenção primária. Ponderou que, ao mesmo tempo em que se amplia, novos desafios aparecem, como a garantia e continuidade da qualidade da assistência às crianças no âmbito da primeira infância. Afirmou que a implementação de um Plano Municipal para Primeira Infância objetiva e, sobretudo, ratifica a necessidade quanto à atenção primária. Afirmou que, enquanto Secretaria em gestão, é preciso viabilizar esforços para tentar minimizar os impactos. Lembrou que são muitos desafios no acesso das crianças à rede, e que é preciso ampliar as consultas de puericultura, qualificar os profissionais que chegam à rede de atenção à saúde no campo da atenção primária. Ressaltou que, nos últimos anos, possuir médicos e especialistas dentro da rede de cuidados é um grande desafio no campo da gestão, pois muitos médicos que chegam são recém-formados, com necessidade de qualificação das equipes. Defendeu que é preciso pensar em qualificação, em atenção à saúde da criança, na expansão das ações estratégicas, a exemplo do aleitamento materno, no fortalecimento de ações como triagem neonatal e identificação precoce de doenças prévias. Afirmou que o Plano traz a necessidade de reunir esforços entre as secretarias, pois as demandas das crianças reverberam para além das demandas de saúde, são demandas estruturais, de familiares, o que exige apoio social, estruturado, e uma rede de cuidados que, de fato, possibilite uma atenção integral à criança. Falou da necessidade de implementar estratégias práticas dentro das ações intersetoriais do município. Pontuou que as

demandas que estão pontuadas no Plano estão sendo viabilizadas, porém ressaltou a importância de expandir, qualificar, estruturar os fluxos assistenciais e setoriais. Defende que os campos da saúde, educação e social precisam ser amarrados, uma vez que as demandas das crianças são para além da saúde. Afirmou que a Secretaria vem tentando, dentro da atenção primária, fazer um desenho do déficit de médicos na rede, que é uma realidade. Finalizou dizendo que o órgão vem buscando dialogar com as referências técnicas e com os órgãos setoriais, a fim de promover a integralidade das ações, que vão além da saúde. Endossou a fala de Dra. Dolores Fernandez quanto à importância de esforços públicos, no âmbito social e jurídico, para que, de fato, as ações estratégicas voltadas para o PMPI sejam implementadas e concretizadas no município.

Tatiane Jesus da Paixão dos Santos

Afirmou que o PMPI foi aprovado pelo CMDCA em dezembro de 2020 e que, internamente, encontra-se na Procuradoria Geral do Município para análise e parecer final. Após essa fase de ajustes, o documento vai seguir para aprovação. Sugeriu que, como encaminhamento da audiência, seja solicitada celeridade na tramitação da pauta, uma vez que a mesma já fora oficiada como uma demanda urgente pelo então prefeito, ACM Neto.

Sheila Pitanga Ribeiro Sanches

Salientou que as crianças são inviabilizadas no município de Salvador, onde as políticas públicas parecem não funcionar na faixa etária de 0 a 6 anos. Afirmou que as crianças não devem ser lembradas apenas durante as campanhas de vacinação, pois necessitam de saúde, educação, cidadania, lazer e todos os direitos preconizados na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Destacou alguns eixos importantes sobre a educação e a importância de oferecer e monitorar a qualidade da educação na cidade. Questionou se as creches estão sendo oferecidas com as vagas necessárias para a demanda da população. Defendeu que sejam verificadas e exigidas as políticas públicas previstas para que aconteçam na prática. Lembrou do prazo previsto no Plano para o mês de fevereiro, e que mesmo com a pandemia, o projeto já pode estar tramitando.

Gildete Sodré de Brito

Explicou o papel do Fetipa no fomento à erradicação do trabalho infantil e proteção e garantia dos direitos do adolescente no trabalho. Apresentou dados referentes ao trabalho infantil no Brasil, Bahia e Salvador.

Regina Celi – Grupo de Apoio à Criança com Câncer

Explicou a missão da Casa de Apoio à Criança com Câncer, que realiza tratamento médico adequado para, em média, 30 crianças acolhidas. Afirmou que no Plano da Criança e do Adolescente não tem uma área específica para a criança com câncer, bem como no PMPI. Defendeu ser importante constar nos referidos planos esta temática.

Mateus Russo – Vice-presidente do CMDCA

Defendeu que a criança precisa ser ouvida, pois já é considerada um ser de direitos e deveres. Lembrou da importância da necessidade de fazer com que o trabalho que está sendo pleiteado tenha uma efetividade e celeridade maiores.

Considerações finais

Augusto Vasconcelos

Agradeceu a participação de todos os profissionais da saúde na audiência e dos técnicos da TV Câmara e da Ouvidoria. Comentou a importância da participação dos representantes dos órgãos municipais e todas as entidades presentes. Reforçou que o PMPI foi aprovado em uma resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em dezembro de 2021 e encontra-se atualmente na Procuradoria do Município aguardando um parecer final para ser encaminhado para a SPMJ; a Secretaria, por conseguinte, vai encaminhar o Plano para o Gabinete do Prefeito, que deve encaminhar o projeto de lei para a Câmara Municipal. Afirmou que, chegando na Câmara, vai trabalhar pela aceleração da tramitação e aprovação do projeto. Sinalizou que dará entrada em um projeto de indicação - instrumento legislativo cujo objetivo é fazer uma sugestão pública ao Prefeito - para que este dê celeridade no envio do Plano e seja apreciado o mais rápido possível. Ressaltou a importância de termos no município de Salvador um instrumento legislativo que crie referências do ponto de vista do orçamento e também da exigibilidade para o poder público.

Sistematização dos encaminhamentos:

- Elaboração de relatório com todas as questões colocadas na audiência;

Salvador, 09 de setembro de 2021.

Augusto Vasconcelos

Vereador

Ouvidor-geral da Câmara Municipal de Salvador

Thamires Almeida

Coordenadora Técnica da Ouvidoria

Matrícula 6065